

## Remata sem acordo o juízo contra os 7 estudantes de Ourense no meio de contradições da Polícia

---

CEIVAR :: 22/02/2015

Os testemunhos policiais fôrom na mesma linha do que noutros juízos, incongruências, contradições, mentiras e “perdas de memória”.

No dia de ontem começou o juízo contra 7 estudantes em Ourense em relação aos protestos que decorreram durante uma greve estudantil em 2012 e que rematou com a toma da Biblioteca Municipal de Ourense. Os delitos que supostamente lhes imputam som “atentado contra a autoridade”, “lesões” e “desordens públicas” ainda que a uma pessoa mais também se lhe imputa “desacato à autoridade” ao ceivar-se dumhas algemas.

Durante a primeira sessão que começou às 10:30 nos Julgados da cidade das Burgas, declarárom os sete estudantes assim como vários polícias. Agás um dos jovens que admitiu ter batido a um polícia, o resto de imputados negárom os factos e incluso denunciárom a hostilidade da actuação policial.

Os testemunhos policiais fôrom na mesma linha do que noutros juízos, incongruências, contradições, mentiras e “perdas de memória”. Assim foi como um dos polícias mencionou que os acusados incitárom à massa a entrar na biblioteca por cima da polícia mas que nesse momento nom podia identificar a ninguém dos que estava sentado no banquinho. Igualmente outros agentes afirmavam que sim que identificavam “a la mayoría” dos estudantes mas que nom eram capazes de outorgar responsabilidades de delitos concretos para cada um deles. Do mesmo jeito, outro polícia identificou erroneamente por duas vezes a quem dixo que lhe propinara um golpe com um pau na cabeça, desculpou-se alegando que tem o seu rosto gravado mas nom o nome.

Outra das dinâmicas que seguírom os agentes foi a de vitimismo. “*Me empujaron y me sustrajeron la gorra*”, dixo outro dos agentes que ademais afirmou ameaças por parte da manifestação estudantil tais como “estamos-vos gravando” ou “polícia assassina”, umhas consignas que som uma constante em todas mobilizações devido à repressão com a que atua impunemente a polícia.

Durante o juízo também se apresentou um comunicado do *Sindicato Unificado de Policías* (SUP) no que se mencionava que o dispositivo fora insuficiente. O juiz nom viu interesse na questão e negárom-se a valora-lo mas tem sua importância à hora de dilucidar a improvisação na actuação policial.

De igual modo um dos polícias comentou: “*Teníamos órdenes estrictas de la Consellería de que los estudiantes no entraran a la biblioteca*”, o que a efeitos práticos supom uma responsabilidade política de aqueles que ordenárom que menores e/ou estudantes nom entraram num edifício público e que lhes fora impedido ainda que fora pela força.

Pela sua banda a Fiscalía optou por incidir na teoria de que os imputados eram os “que

*dirigían a la masa*” como se ser um referente juvenil pudera ser motivo de delito. Também recalcou que *“los estudiantos pudieron abandonar libremente la manifestación”* com o objetivo de expor que o estudantado que ficou até o último momento estava na procura de conflito.

Finalmente o juízo tivo que continuar noutra sessão devido a que faltavam por declarar vários policiais e outros testemunhas. A defesa solicitou continuar na tarde de ontem para evitar que os policiais falassem entre si mas esta proposta foi denegada pelo juiz consentindo esta irregularidade que permitiu que os agentes foram vistos falando entre eles ainda quando não todos declararam.

## **Segunda sessão**

Decorreu no dia de hoje e a trajetória foi muito semelhante ao que aconteceu na anterior sessão. Além de ter falado entre eles, os policiais voltaram a contradizer-se como por exemplo que um deles virou *“a un chico alentando con el megáfono”* enquanto outros agentes nunca se perceberam da presença de tal alto-falante.

Ao igual, nesta vista deveriam de ter-se exposto as provas de vídeos que alegou ter a acusação mas essas provas não foram apresentadas, coisa que a Defesa remarcou como óbvio de que no audiovisual refletiria-se a brutalidade com a que atuou a polícia. Também prestaram declaração dois vizinhos que simplesmente apontaram que viram o tumulto de gente mas que não podiam identificar a ninguém porque estavam de costas a eles.

Durante nas conclusões finais os advogados advertiram as claras intenções por parte da Fiscalia e dos agentes de desmobilizar ao estudantado que novamente o 26F voltará tomar as ruas do País.

Finalmente não houve acordo entre as partes já que a proposta eram 6 meses de prisão para cada um dos estudantes pelo delito de “alteração da ordem pública” “lesões” e “atentado contra a autoridade” mas os estudantes imputados negaram-se a aceitá-la reivindicando a sua inocência. Para o moço que reconheceu ter golpeado a polícia, a petição da Fiscalia reduziu-se de quatro a dois anos.

---

<https://galiza.lahaine.org/remata-sem-acordo-o-juizo>